

Cáritas brasileira: experiências de uma sociedade do Bem Viver

Milton César Gerhardt¹, Edemar Rotta²

Resumo

A construção de alternativas societárias ao modelo capitalista tem mobilizado movimentos e grupos sociais nas diferentes partes do mundo. A Cáritas Brasileira, a partir de parceria internacional com a Cáritas Francesa e Alemã, tem trabalhado junto às comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, em diferentes municípios do Rio Grande do Sul, no sentido de fortalecer a organização delas, buscar formas de acesso a políticas públicas e ampliar possibilidades de geração de trabalho e renda. Este artigo pretende refletir sobre esta experiência, evidenciando os aportes teóricos utilizados neste trabalho da Cáritas, apresentando as diferentes formas nas quais as atividades são realizadas e apontando alguns resultados significativos. Do ponto de vista teórico, destaca-se a perspectiva da economia social, da sustentabilidade, da inclusão e do “bem viver”. No que se refere às formas como o trabalho da Cáritas vem sendo realizado, reporta-se às oficinas, rodas de conversa, feiras solidárias, experiências de geração de trabalho e renda, entre outros. No que se refere aos resultados, destaca-se o empoderamento dos grupos e comunidades, o fortalecimento das identidades e o acesso às políticas públicas, especialmente na área do saneamento básico, da educação e da saúde. A sistematização de experiências de cooperação nos desafia a continuar atuando em frentes que historicamente o poder público não atende ou tem sido insuficiente em garantir a cidadania para todos.

Palavras-chave

Comunidades tradicionais. Solidariedade. Cáritas brasileira. Cidadania. Bem viver.

¹ Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil; estágio pós-doutoral em Desenvolvimento e Políticas Públicas na Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Cerro Largo, Rio Grande do Sul, Brasil; professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões e da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: miltoncesargerhardt@yahoo.com.br.

² Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil; estágio pós-doutoral em Serviço Social na mesma instituição, Brasil; professor associado na Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Cerro Largo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: erotta@uffs.edu.br.

Brazilian Cáritas: experiences of a good living society

Milton César Gerhardt³, Edemar Rotta⁴

Abstract

The construction of corporate alternatives to the capitalist model has mobilized movements and social groups in different parts of the world. Brazilian Cáritas is based on an international partnership with the French and German Cáritas, which has worked together with traditional, indigenous and quilombola communities, in different towns in the State of Rio Grande do Sul, Brazil, to strengthen their organization, seek ways to access the public policies and expand possibilities for generating work and income. This article wants to reflect on this experience, highlighting the theoretical contributions that are used in this Cáritas work, presenting the different ways in which the activities are carried out, and pointing out some significant results. This paper aims to analyze the perspective of the social economy, sustainability, inclusion, and the good way of living stands out. Regarding how Cáritas' work has been carried out, it refers to workshops, conversation circles, solidarity fairs, and work and income generation experiences, among others. Regarding results, the empowerment of groups and communities, the strengthening of identities, and the access to public policies stand out, especially in basic sanitation, education, and health. The systematization of the cooperation experiences challenges us to continue acting on fronts that, historically, the public authorities do not respond to or they have been insufficient in terms of guaranteeing citizenship for all people.

Keywords

Traditional communities. Solidarity. Brazilian Cáritas. Citizenship. Good Living.

³ PhD in Science Education, Regional University of the Northwest of the State of Rio Grande do Sul, Brazil; postdoctoral internship in Development and Public Policies, Federal University of the Fronteira Sul, Cerro Largo campus, State of Rio Grande do Sul, Brazil; professor at the Regional Integrated University of Alto Uruguai and Missões and at the Department of Education at the State of Rio Grande do Sul, Brazil. E-mail: miltoncesargerhardt@yahoo.com.br.

⁴ PhD in Social Work, Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul, State of Rio Grande do Sul, Brazil; postdoctoral internship in Social Work at the same institution, Brazil; associate professor at the Federal University of the Southern Frontier, Cerro Largo campus, State of Rio Grande do Sul, Brazil. E-mail: erotta@uffs.edu.br.

Considerações iniciais

Escrever sempre foi uma arte desafiadora. Refletir acerca de trabalhos realizados tem uma responsabilidade ainda maior. Nossa proposta é refletir sobre as possibilidades de trabalhos coletivos com comunidades tradicionais, com destaque às indígenas e quilombolas. Antes de tudo, queremos agradecer à Cáritas Brasileira Regional do Rio Grande do Sul por dispor informações importantes do trabalho desenvolvido ao longo de 2022 e 2023 com vinte dessas comunidades tradicionais no território do Rio Grande do Sul/Brasil.

O projeto desenvolvido e amplamente discutido pela Cáritas Brasileira, intitulado “Resiliência em tempos desafiantes: ajuda humanitária para migrantes indígenas e quilombolas” com apoio financeiro da Caritas Alemã e Francesa, procurou enfrentar as desigualdades sociais a partir da implantação de tecnologias sociais de recuperação de recursos naturais, especialmente hídricos, em vinte comunidades indígenas e quilombolas. O público da ação abrangeu as referidas comunidades indígenas e quilombolas de três regiões do estado do Rio Grande do Sul (RS).

A proposta, desde o início, foi empoderar as comunidades, independente da distância, que são pouco visibilizadas pela sociedade. O percurso metodológico de escuta e diálogo foi traçado no sentido de ouvir as comunidades em rodas de conversa e oficinas em que as pessoas podiam expor demandas e necessidades que sentiam no local de morada delas. Muitas partilhas foram acontecendo na medida em que diferentes estratégias de ação foram sendo implantadas, e diversas atividades foram realizadas. As reuniões do Comitê Gestor; as visitas dos agentes às comunidades; o cadastramento das famílias; e os diálogos estabelecidos no sentido de construção de um diagnóstico da realidade das famílias e de suas comunidades. Os momentos de reflexões com as comunidades ocorreram de várias formas, respeitando as dinâmicas internas, as peculiaridades próprias das famílias ou das comunidades e as oportunidades, como por exemplo, o próprio processo do cadastramento.

Segundo a gestora do projeto, Roseli Dias, da Cáritas RS, em algumas comunidades foi possível, por exemplo, realizar uma ou mais rodas de conversa sobre a temática do projeto. Em outras, a reflexão ocorreu durante caminhadas pelo território das comunidades, nas quais, em diálogo, com as lideranças e integrantes de algumas famílias, foram refletidos temas como o saneamento básico, o acesso à água, as condições sanitárias, o tratamento dos resíduos sólidos, entre outros aspectos.

As visitas às famílias, o diálogo com as lideranças e as comunidades nas rodas de conversa, proporcionaram realizar um levantamento da realidade das famílias e de refletir sobre

o tema saneamento e acesso à água. Além disso, oportunizou-se o encontro entre as pessoas e criou-se as condições para a projeção de ações concretas nas comunidades, como resposta a alguns problemas levantados nas rodas de conversa e no diagnóstico junto delas.

Este artigo busca realizar uma reflexão a respeito da experiência vivida e apontar alguns desafios a partir das elaborações teóricas provenientes de autores que se identificam com a crítica dos modelos hegemônicos, predominantemente produtivistas, tecnicistas e concentradores de renda. Além dessas considerações iniciais e das considerações finais, o texto apresenta mais três seções. Na primeira delas, busca-se evidenciar a presença das comunidades tradicionais no Rio Grande do Sul. Na segunda, aporta-se a ideia do “Bem Viver” como um princípio presente nestas comunidades tradicionais e que pode servir de referência para se pensar o futuro das sociedades humanas. Na terceira, reflete-se acerca da sociedade do risco e as possibilidades de resistência.

As comunidades tradicionais no Rio Grande do Sul

O projeto de incidência com as comunidades tradicionais ocorreu no sentido de incluir povos de comunidades indígenas e quilombolas, localizadas no território das Dioceses de Igreja Católica que possuem equipes Cáritas organizadas e articuladas dentro do espaço territorial. Em alguns locais já existia algum trabalho de acompanhamento, fortalecido diante do desafio de desenvolver um projeto com recursos advindos da Cáritas Alemã e Francesa. O público da ação abrangeu as vinte comunidades indígenas e quilombolas de três regiões do estado do Rio Grande do Sul. As comunidades são:

Comunidades quilombolas: Costaneira/Fortaleza dos Valos, Rincão dos Caixões, Júlio Borges e Vila Miloca/Lagoão, na Diocese de Cruz Alta; Arvinha e Mormaça, na Arquidiocese de Passo Fundo; Brasa Moura, Nicanor da Luz e Rincão da Faxina, na Arquidiocese de Pelotas; Rincão dos Negros e São Roque/Arroio do Meio, na Diocese de Santa Cruz; e Passo do Araçá, na Diocese de Santo Ângelo.

Comunidades indígenas: Aranduvera e São Roque, na Diocese Erechim; Yvi Krupi/Kairu e Goj Jur (substituta da comunidade de Faxinalzinho), na Arquidiocese de Passo Fundo; Gyro, na Arquidiocese de Pelotas; Foxá, na Diocese de Santa Cruz do Sul; e Koenju e Pyau/Ressaca do Buriti, na Diocese de Santo Ângelo.

O dizer do local das comunidades envolvidas é um situar com a comunidade e o local a partir do qual se está refletindo. Milton Santos (2003) aborda a força do lugar como princípio importante da vida. O recorte que optamos em abordar se justifica pelo princípio de que as

mudanças não acontecem na forma/ordem linear da história. Diferentes movimentos de mudança com importância histórica emergem em lugares ignorados e, na maioria das vezes, não reconhecidos.

Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como autores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado partícipe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único (Santos, 2003, p. 14).

As mudanças acontecem em lugares distantes, não reconhecidos pelo conjunto da sociedade como um todo, nos quais diversas situações humanas são valorizadas, tais como a solidariedade, a relação comunitária e o princípio do Bem Viver. Além disso, se pode tratar a política enquanto arte do pensar as mudanças e de criar as condições para torná-las efetivas no momento de concretização, com políticas públicas afirmativas que realmente cheguem às pessoas e possam influenciar suas vidas.

Santos (2003) atenta para compreendermos o mundo além do que não conseguimos compreender ou do que nos tentam fazer acreditar.

Devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização (Santos, 2003, p. 18).

A construção de um outro mundo, mais justo, fraterno, solidário e humano se faz cada vez mais necessário. Urge colocar a ciência, a técnica, o conhecimento, a serviço de fundamentos sociais e políticas a serviço da humanidade no bem comum da sociedade, como o princípio do Bem Viver.

O Bem Viver como princípio importante e necessário nas comunidades

O Bem Viver, expressão usada no Brasil, se trata de um conceito que nasce da visão de mundo dos povos indígenas (Acosta, 2016), princípio característico do mundo no século 21, a partir do momento em que os limites ecológicos do desenvolvimento capitalista entraram com força na Agenda Global. A complexidade do Bem Viver aborda temas na sua amplitude, como uma alternativa ao desenvolvimento; como uma dimensão dos direitos da natureza; como uma

semente que pode germinar um novo tipo de Estado, plurinacional, construído com a participação das pessoas cidadãs, nas diferentes formas de democracia.

Em outras nações o conceito é usado de maneira diferente. No Equador, é chamado de *Buen Vivir* e, na Bolívia, *Vivir Bien*. Os princípios do Bem Viver requerem a preservação da pluralidade de expressões que manifestam a cultura dos diferentes povos para se referir à filosofia em debate. Uma das grandes tarefas do Bem Viver é estabelecer uma harmonia com a natureza e o ser humano, entre os indivíduos e as comunidades, com experiências de vida e resistência. O Bem Viver, uma vez livre dos preconceitos, pode e deve ser assumido como proposta de construção de uma sociedade alternativa, disposta a fazer o enfrentamento do individualismo, em um contexto extremamente consumista.

O Bem Viver oferece múltiplas possibilidades para repensar as lógicas de produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços, assim como repensar as estruturas e as experiências sociais e políticas dominantes, próprias da civilização capitalista (Acosta, 2016, p. 17).

Trabalhar com as comunidades tradicionais é desafiador e nos permite enormes aprendizados, por vezes complexos, pois instigam a mudança de nossa postura quanto ao tempo (cronológico) e entender os diferentes ciclos da natureza. “A humanidade pode e deve aprender com os povos que têm convivido comunitariamente e em harmonia com a Natureza, e que acumulam uma longa memória de vida” (Acosta, 2016, p. 18). Aliás, a tradição milenar dos povos indígenas e quilombolas, reconhecidos como tradicionais, remete à sabedoria ancestral de perceber os mais velhos por conter, na vida deles, elementos essenciais para manter viva a memória da vida como sabedoria humana. “O Bem Viver recupera esta sabedoria ancestral, rompendo com o alienante processo de acumulação capitalista que transforma tudo e todos em coisa” (Acosta, 2016, p. 23).

É importante ressaltar que a existência de múltiplos problemas e o agravamento geral da realidade social das famílias/comunidades, entre os quais, a fome, parece impor um certo cansaço diante de tantas lutas perdidas ou cujo desfecho não ocorre, como no caso da posse definitiva de seus territórios. Também são visíveis as consequências dos desmontes das políticas públicas e seus reflexos diretos na vida e no cotidiano de muitos, como, por exemplo, o abandono das comunidades indígenas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão do Governo Federal responsável pelo atendimento às mesmas.

A superação das desigualdades é inescapável. A descolonização a despatriarcalização são tarefas fundamentais, tanto quanto a superação do racismo, profundamente enraizado em nossas sociedades. As questões territoriais requerem urgente atenção (Acosta, 2016, p. 36).

As questões da busca e da luta pelo território tem sido uma marca forte nos últimos anos das comunidades tradicionais, que necessitam ser reconhecidos pelo Estado. O Bem Viver aposta em um futuro diferente, que não acontecerá com discursos radicais e inexistência de propostas concretas. “É necessário construir relações de produção, de intercâmbio e de cooperação que propiciam suficiência, mais que apenas eficiência sustentada na solidariedade” (Acosta, 2016, p. 35).

É relevante destacar que as atividades desencadeadas nas comunidades, a partir do projeto desenvolvido, geraram várias iniciativas importantes e significativas. Entre elas, as caminhadas nos territórios, como no caso da comunidade Rincão dos Caixões em Júlio Borges, Diocese de Cruz Alta, as quais impulsionaram visitação à duas cisternas construídas em projetos passados que estão em plena atividade e que foram fundamentais durante a estiagem, com a utilização da água para os animais e para as plantas, bem como para o funcionamento de uma escola. Desta forma, circulando em grupo pelo território, o diálogo foi se dando, informações e reflexões foram sendo partilhados, despertando as pessoas para iniciativas como a decisão de proteger uma nascente visitada no mesmo território.

Em outra comunidade, as ações desencadeadas geraram articulação com o poder público, como no caso da Vila Miloca, que realizou visita à prefeitura em busca de apoio às ações do projeto. O mesmo ocorreu nas comunidades Brasa Moura, Gyro e Koenju, nas quais o diálogo com representantes da prefeitura municipal angariou perspectivas de apoio aos projetos comunitários de saneamento básico. Na comunidade Vyi Kupri, as mangueiras, apontadas como necessidade dentro da comunidade, em uma das visitas, foram adquiridas com recurso público.

A solidariedade é outro elemento observado no desencadeamento das ações. Na Vila Miloca/Lagoão, por exemplo, a comunidade, de comum acordo, decidiu apoiar a construção de uma cisterna de placas, no terreno de uma das famílias, por eles terem maior dificuldade de acessar água que os demais, sendo que as demais famílias manifestaram seu apoio, dialogado com a prefeitura. Já no caso da comunidade quilombola Júlio Borges, a ação na comunidade fez estender a preocupação com a comunidade indígena vizinha que não está participando deste projeto: a comunidade vive com problemas na bomba d’água que dificulta o acesso à água. Após a visita, se deu o encaminhamento de realizar contato com a Secretaria Especial da Saúde

Indígena, para reclamar providência. Com isso, o polo base do Serviço Social da Indústria (SESI), de Passo Fundo, trocou a bomba d'água do poço artesiano da comunidade indígena. Na aldeia Vyi Kupri, a solidariedade veio em formato de contrapartida: a mão de obra necessária para a execução do projeto é da própria comunidade.

As visitas às famílias, os diálogos com as lideranças e as rodas de conversa despertaram e mobilizaram as comunidades para retomar assuntos que estavam parados. No caso da comunidade Júlio Borges, por exemplo, foi tirado como encaminhamento, em uma das reuniões, fazer contato com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) para analisar a possível recuperação de uma fonte que está abaixo de um açude, pois, em um dos terrenos, foi feito um açude em cima de uma fonte. Mas são muitos os desafios apontados. Entre eles as distâncias entre as residências das famílias, o que dificulta os encontros para rodas de conversa, como no caso da comunidade quilombola Rincão dos Negros. Também, nesta comunidade, outros dois desafios foram apontados. O primeiro deles é como chegar aos “isolados”, ou seja, naquelas pessoas ou famílias que não participam e não recebem visita de ninguém, que não estão no grupo de *Whatsapp*, de modo que ficam invisibilizados. Outro desafio é lidar com a atitude de certos agentes públicos que monopolizam a palavra, sem ouvir as vozes das comunidades.

Um dos enfoques deste projeto, trabalhado nas rodas de conversas e visita às comunidades, foi a importância da mobilização de parcerias na comunidade local, de outras organizações e entidades e, especialmente, do poder público local, ou seja, das prefeituras ou órgãos relacionados, na perspectiva da luta pela efetivação de políticas públicas do direito ao saneamento básico. Nesta perspectiva, foram várias as iniciativas das comunidades para mobilizar recursos para além dos disponibilizados pelo projeto e realizar as ações priorizadas.

Desde as primeiras reuniões e contatos, percebe-se que as necessidades de cada local eram variadas e precisariam ser discutidas para dar conta de atender demandas coletivas das comunidades, muitas vezes distantes e desassistidas quase que por completo pelo poder público. Na sequência, elencamos algumas iniciativas fomentadas pelo projeto, em que destacamos o papel importante da Cáritas Brasileira, como um braço social da Igreja Católica, no sentido de apoiar as comunidades na busca pela garantia de seus direitos:

- a) Na Comunidade Indígena São Roque, da etnia Kaingang, situada no município de Erechim/RS (Diocese de Erechim), as ações de saneamento básico ocorreram com a substituição de uma caixa d'água de 5.000 litros, o remanejamento de local de instalação com construção da base em concreto para duas caixas de 5.000 litros cada, e a instalação de 200 metros de rede de encanamento para sete casas da comunidade.

A canalização foi realizada até a entrada das casas, substituindo a rede anterior, que estava com vários vazamentos e muito deteriorada, beneficiando as sete famílias, além da escola da comunidade, que está em construção, e mais três pontos para futuras instalações de posto de saúde e outras casas.

- b) Na Comunidade Indígena Foxá, da etnia Kaingang, situada no município de Lajeado/RS (Diocese de Santa Cruz do Sul), as ações do projeto em saneamento básico envolveram reativar um dos banheiros coletivos do centro da aldeia. Foram construídos fossa e sumidouro, instalados novos canos para o esgoto e feitas melhorias internas no banheiro, com instalação de chuveiros e fechaduras novas. Este banheiro coletivo possui dois chuveiros e dois vasos sanitários. Outra ação realizada nesta comunidade foi a recuperação de uma fonte de água natural existente na aldeia. Para isso, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, foi realizado um mutirão de limpeza envolvendo a comunidade e instaladas lajes novas. A partir do diálogo com os parceiros, surgiram novas iniciativas, entre as quais a prefeitura está propondo, para o futuro, na continuidade deste projeto, a construção de uma estação de saneamento básico ecológica. Também nesta comunidade está encaminhada a construção de outro pequeno banheiro para outras famílias, que vivem mais distantes. Este banheiro novo não estava inicialmente previsto no projeto, mas surgiu como uma iniciativa nova. Para a sua concretização, entretanto, é necessária a mobilização de mais recursos.
- c) Na Comunidade Quilombola Rincão dos Negros, situada no município Rio Pardo/RS (Diocese de Santa Cruz do Sul), as ações foram no sentido de recuperar uma fonte de água no território quilombola e instalar uma caixa d'água de 2.000 litros na sede da comunidade. Também foram construídos um reservatório de água e um suporte para caixa d'água nas propriedades de duas famílias, cujo local oferece condições para distribuição para outras famílias. Como os recursos do projeto eram insuficientes diante das demandas, os agentes da Cáritas mobilizaram apoiadores e famílias da própria comunidade, que contribuíram e arrecadaram, desta forma, mais R\$ 1.800,00 para viabilizar atividades propostas. As ações também estimularam a comunidade a utilizar um pequeno saldo de materiais, como tijolos, para construir um pequeno banheiro na casa de um senhor que vive sozinho e isolado, ação ainda em andamento. Essas ações beneficiaram, diretamente, dez e, indiretamente, 24 famílias do quilombo.

- d) Na Comunidade Quilombola São Roque, situada no município de Arroio do Meio/RS (Diocese de Santa Cruz do Sul), o projeto inicial, além da recuperação da fonte, consistia na construção de um suporte e instalação de uma caixa d'água com capacidade de 3.000 litros que serviria de reservatório e distribuição para as famílias. Entretanto, com o avanço do diálogo com o município de Palmas, a prefeitura elaborou um projeto e captou recursos para a implantação de uma caixa d'água de 10.000 litros, ação implantada no mês de fevereiro de 2023, sendo que o recurso do projeto será utilizado para refazer e qualificar a rede de distribuição d'água. Assim, serão beneficiadas, diretamente, as 25 famílias da comunidade.
- e) Na Comunidade Quilombola de Brasa Moura, situada no município de Piratini/RS (Arquidiocese de Pelotas), foi construída uma cisterna de blocos de concreto para proteger uma fonte de água e canalizá-la até um reservatório, na sede da associação. As ações beneficiaram dezessete famílias que moram no local. A fonte recuperada fica no terreno da associação.
- f) Na Comunidade Quilombola de Rincão da Faxina, situada no município de Piratini/RS (Arquidiocese de Pelotas), de comum acordo, foi decidido apoiar ações diretas para beneficiar três famílias que são as mais afetadas com esta situação, de modo que foram instaladas caixas d'água para coletar água da chuva, ou seja, reservatórios, nas casas delas. A instalação dos reservatórios foi realizada pelas próprias famílias beneficiadas, com orientação das outras famílias, que já possuíam sistema semelhante em suas casas. Essa ação em saneamento básico beneficiou diretamente três e, indiretamente, as 29 famílias do quilombo.
- g) Na Comunidade Quilombola de Nicanor da Luz, situada no município de Piratini/RS (Arquidiocese de Pelotas), foi construído um reservatório de água com a instalação de uma caixa d'água, com capacidade para 3.000 litros, que irá receber a água da chuva neste reservatório, provenientes do telhado da sede da Associação, em construção. A obra não foi totalmente concluída, pois a instalação das calhas e canos para o recolhimento da água da chuva depende da finalização da construção do telhado da sede da comunidade, que ocorrerá mediante a liberação de recursos oriundos do Programa Saúde da População Negra, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde do município de Piratini, em 2022.
- h) Na Comunidade Quilombola de Passo do Araçá, situada no município de Catuípe/RS (Diocese de Santo Ângelo), optou-se pela construção de um reservatório de água para o conjunto da comunidade. Para isso, foi construída uma estrutura e

instalada uma caixa d’água com 5.000 litros. A instalação da caixa de água foi feita na parte mais alta da comunidade. Nesse lugar também há várias árvores e, portanto, sombra na maior parte do dia e o relevo do terreno propicia um caimento necessário para alcançar todas as residências, bem como a sede do quilombo. A canalização da rede de água para as casas será uma contrapartida do município, realizada após a colheita da soja, no mês de março de 2023. Essa ação beneficiou as onze famílias da comunidade.

- i) Na Comunidade Quilombola Rincão dos Caixões, situada no município de Jacuizinho/RS (Diocese de Cruz Alta), durante a definição das ações, a opção desta comunidade foi a construção de um reservatório de água para apoiar as famílias que estão assentadas num espaço novo e com menos infraestrutura. O projeto adquiriu e entregou o material para as famílias que estão implantando as ações.
- j) Na Comunidade Quilombola Vila Miloca, situada no município de Lagoão/RS (Diocese de Cruz Alta), a reflexão coletiva levou à construção de uma cisterna para armazenamento da água da chuva e recuperação de nove cacimbas (fontes d’água), beneficiando, assim, várias famílias. No terreno de uma família foi construída uma cisterna de placas, sendo que as calhas foram obtidas pelas famílias e a prefeitura apoiou com serviços de retroescavadeira. A contrapartida das famílias foi na execução das ações. Nessa comunidade também foram plantadas setenta mudas de árvores nativas para proteção de nascentes. Essa ação em saneamento básico beneficiou diretamente catorze famílias quilombolas e, indiretamente, 59.
- k) Na Comunidade Quilombola Júlio Borges, situada no município de Salto do Jacuí/RS (Diocese de Cruz Alta), uma das ações realizadas foi a melhoria da estrutura de um poço/fonte e da distribuição da água para as casas. A outra ação planejada foi a construção de uma nova fonte, cuja execução contou com a parceria da prefeitura para a etapa de escavação. Entretanto, no decorrer dessa ação, o processo de escavação não resultou no que a comunidade esperava, pois não foi encontrada água no local. Diante desse entrave, os materiais disponibilizados para as famílias, que seriam utilizados para implementar a distribuição da água até suas casas, especialmente mangueiras e canos, estão sendo utilizados para captação de água de fontes existentes em terrenos de outras famílias. Importante ressaltar que a contrapartida das famílias consiste na execução das tarefas ao seu alcance. Essas ações beneficiaram diretamente sete das 38 famílias da comunidade.

- 1) Na Comunidade Quilombola Costaneira, situada no município de Fortaleza dos Valos/RS (Diocese de Cruz Alta), foram realizadas ações de recuperação de fontes, com aprofundamento de poços, qualificação da proteção de fontes e da distribuição da água até as casas. Ainda, o projeto estimulou, por meio das rodas de conversa, a projeção de outras ações para resolver problemas como a questão dos resíduos sólidos. Essa preocupação levou ao diálogo com a prefeitura na busca por solução para a coleta de resíduos, sendo que as famílias estão dispostas a construir as lixeiras para depositar os resíduos. Essa ação ainda não está concluída, pois aguarda encaminhamentos do poder público, mas é um reflexo direto das discussões estimuladas nas rodas de conversa acerca do tema. Outra ação definida pelas famílias foi o plantio de árvores próximas à sede da associação para servirem como quebra ventos contra os venenos utilizados nas lavouras das redondezas do quilombo, entretanto, essa ação precisa de condições climáticas favoráveis para ser realizada.

Conforme visto, diferentes projetos foram desenvolvidos nas comunidades envolvidas. Desde a concretização de sonhos antigos, como acesso à água potável, tratamento do esgoto, proteção de fontes e nascentes, construção de cisternas ou reservatórios de água, entre outras inúmeras atividades que remetem a um olhar de resistência diante de uma sociedade capitalista que prioriza projetos maiores, com mais publicidade. Este trabalho trata de pequenos projetos em lugares distantes dos grandes centros urbanos, mas que viabilizam e melhoram enormemente a vida das pessoas envolvidas.

A sociedade do risco e as possibilidades de resistências

Há a necessidade de pensar a “sociedade de risco” (Beck, 2010) numa perspectiva de destacar as resistências possíveis num contexto complexo e considerar os seus processos sociais que, muitas vezes, também são complexos. Por um lado, com as profundas alterações do nosso ecossistema, faz-se necessário compreender os riscos agravados no decorrer da história, que estão relacionados ao futuro e, por isso, tem a ver com antecipação, com destruições que, por vezes, ainda não ocorreram, mas são iminentes e reais na atualidade.

O núcleo da consciência do risco não está no presente, e sim no futuro. Na sociedade de risco, o passado deixa de ter força determinante em relação ao presente. Em seu lugar, entra o futuro, todavia inexistente, construído e fictício como “causa” da vivência e da atuação presente (Beck, 2010, p. 40).

Boaventura de Sousa Santos (2007) aborda a temática na Sociologia das Ausências, apontando para uma compreensão de que o hegemônico, no mundo, nem sempre dá conta de explicar as diferentes alternativas que são produzidas. Para isso, o autor aponta para cinco modos de produção das ausências em nossa racionalidade ocidental que criam essa razão metonímica, preguiçosa e indolente: “O ignorante, o residual, o inferior, o local ou particular, e o improdutivo” (Santos, 2007, p. 32). Uma vez que há uma descredibilização das experiências sociais, de maneira especial entre países do hemisfério sul e, assim, é urgente transformar os objetos e as temáticas com seus reais interesses em objetos visibilizados e discutidos.

A maneira pela qual procede a Sociologia das Ausências é substituir as monoculturas pelas ecologias, e o que lhes proponho são cinco ecologias, em que podemos inverter essa situação e criar a possibilidade de que essas experiências ausentes se tornem presentes. As cinco ecologias são as seguintes. Ecologia dos saberes, ou seja, a possibilidades de que a ciência entre não como uma monocultura mas como parte de uma ecologia mais ampla dos saberes, em que o saber científico possa dialogar com ao saber laico, como a saber popular, com o saber dos indígenas, como o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês (Santos, 2007, p. 32).

As outras ecologias propostas são as das temporalidades, do reconhecimento, da transescala e das produtividades, valorizando as iniciativas alternativas de organização e produção que existem em meio à vastidão da ortodoxia produtivista que o sistema capitalista ocultou, ou mesmo desacreditou. A partir da proposta das diferentes ecologias, aponta-se para a tradução como um processo que pode contribuir na integração de diferentes experiências existentes, entre elas a dos invisibilizados. “É traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, é buscar sem inteligibilidade sem ‘canibalização’, sem homogeneização” (Santos, 2007, p. 39). Ou seja, a proposta é perceber o que há de comum nos diferentes grupos sociais atuantes e possivelmente integrados por causas populares comuns na busca por uma emancipação social.

Contudo, a educação popular, para além da democracia, eficiência, equidade, qualidade e respeito às diferenças, é prática social, e seu papel é atribuído historicamente. Segundo Paludo (2001), as políticas e práticas educativas são mediadas por sujeitos políticos e recursos que se articulam em campos de forças políticas e culturais, numa relação que extrapola os envolvidos na relação pedagógica e anuncia organicidade às perspectivas de determinados direcionamentos de projetos ao processo de desenvolvimento e de sociedade no seu conjunto.

Dessa forma, podemos vislumbrar possibilidades de resistência dos invisibilizados e excluídos do processo, como um todo, em diferentes espaços e práticas educativas. Tais

práticas, por serem um espaço de formação humana, continuam como arenas de disputa hegemônica e, por isso, se colocam como concepções e práticas antagônicas de mundo, sociedade, ser humano e relações sociais. Nesse processo, vislumbra-se a possibilidade de novos ressignificados políticos e pedagógicos de educação popular, reconhecendo que a educação é fortemente valorizada como viabilizadora da mediação entre subjetividades desejantes e práticas sociais que promovem processos transformadores.

Evidentemente que um projeto dessa amplitude tem melhorias na vida das comunidades. Os projetos comunitários em saneamento básico foram recentemente implantados, o que não nos permite, ainda, medir os resultados em relação à melhoria da saúde das pessoas com tais ações. Mas essa é uma das principais afirmativas das famílias, ou seja, que essas ações são importantes para a melhoria da qualidade de vida e de saúde de seus familiares e ampliação da autossuficiência das comunidades. Podemos afirmar que em todas as comunidades houve ampliação das condições iniciais encontradas, seja em relação ao abastecimento de água, ou ao acesso à banheiros. Entretanto, os recursos disponibilizados para cada comunidade foram insuficientes para dar conta das demandas, pois estas são muitas e visualiza-se a ausência de políticas públicas em todos os âmbitos.

O projeto, como um todo, teve uma amplitude grande em boa parte do Rio Grande do Sul. Foram realizadas mais de sessenta atividades nas comunidades, englobando temas relacionados ao saneamento básico. Em algumas, foi possível realizar mais de uma roda de conversa sobre a temática do projeto. Em outras, a reflexão ocorreu durante caminhadas pelo território das comunidades, nas quais, em diálogo com as lideranças e integrantes de algumas famílias, foram refletidos aspectos do saneamento básico, como o acesso à água, as condições sanitárias, o tratamento dos resíduos sólidos, entre outros aspectos.

Para as rodas de conversa, foi confeccionada uma cartilha específica sobre saneamento básico, encaminhada para todas/os agentes, para reprodução e entrega aos participantes, como apoio ao diálogo e subsídio para aprofundamento do tema. A cartilha abordou especialmente os temas da água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos. Tratou também de aspectos da história do saneamento no país, as legislações específicas, o saneamento rural, bem como a conjuntura de desmonte das políticas de saneamento no Brasil, as ações de privatização e suas consequências.

Em grande parte, a cartilha buscou atender a percepção dos grandes problemas vividos pelas comunidades atendidas, como pode ser compreendido no depoimento de um agente da Cáritas da Diocese de Erechim:

A comunidade vinha sofrendo há anos com a má qualidade da água, em função de a rede de canalização estar muito deteriorada e com muitos vazamentos, ocasionando a falta d'água de forma constante. Era necessário abastecer as caixas com água de poço, não recomendada para consumo, pois o carro pipa da SESAÍ abastecia semanalmente e às vezes a cada 15 dias. Assim a água do carro pipa não era suficiente. Em função dos muitos vazamentos a água não chegava nas casas com a pressão necessária e quantidade suficiente, prejudicando a higienização pessoal e dos ambientes. A caixa d'água substituída estava sem tampa e soltando as fibras, as quais se misturavam com a água causando o entupimento na rede e tornando-se imprópria para o consumo. Esta ação, sem dúvidas, permitiu considerável melhora no abastecimento, com instalação de caixa d'água e rede de canalização de ótima qualidade, sanando entupimentos, vazamentos, com pressão suficiente para a higienização pessoal, manutenção dos ambientes e principalmente para beber e preparar a alimentação. Agora a água dura o suficiente até o reabastecimento pelo carro pipa evitando reabastecimento com água imprópria para o consumo e permite o uso da água do poço para irrigação de futura horta comunitária, desejo da comunidade.

Um dos mais persistentes desafios vividos nos últimos tempos no Rio Grande do Sul é o impacto das mudanças climáticas, que trazem consequências imprevisíveis, tais como tempestades intensas, elevados níveis de chuvas, ventos e granizos. Mas, têm sido recorrentes também as estiagens que, lenta e silenciosamente, afetam muito a produção agrícola e a pecuária familiar pela falta de água, agonizando a pobreza no campo e a insegurança alimentar das famílias que vivem da agricultura e das famílias com renda baixa, sem renda ou instável. Junto a isso, a intencionalidade da Cáritas RS e outras entidades é tornar conhecida a Tecnologia Social (TS) da construção de cisternas para captação da água da chuva como uma alternativa de enfrentamento à questão das estiagens, a exemplo do que ocorre em regiões como o Nordeste Brasileiro, diminuindo os impactos nocivos que a falta de água traz para o cotidiano da vida familiar e contribuindo para manter armazenamento de água de qualidade para usos de higiene, limpeza, criação de animais e produção de hortas e pomares.

Considerações finais

A ética, como princípio do cuidado no caminho do Bem Viver, se apresenta como uma alternativa humana possível. A consciência de que precisa haver mudanças radicais está cada vez mais presente nas formas de organização social e nas práticas políticas. O Bem Viver, presente nas comunidades tradicionais antes invisibilizadas, começa a tomar corpo e ser alternativa concreta de resistência de iniciativas humanas frente ao capital que só pensa no crescimento econômico a todo o custo. Mais do que nunca é imprescindível construir novos modo de vida, baseados nos direitos humanos e nos direitos da natureza.

Em meio a uma crise ética e ambiental que, sob certo aspecto, beira o caos, estamos todos e todas inseridos num contexto que requer pensar sobre o sentido humano. A crise está “instalada” pelo desequilíbrio da relação entre o modo de vida contemporâneo e a natureza. Diante dessa situação, um dos maiores desafios atuais à humanidade está relacionado com o rumo e o sentido da relação entre economia e meio ambiente. Em meio a uma “sociedade de consumo” fundada em desejos e interesses, para além da suficiência às necessidades de uma vida digna, coloca-se a questão da transcendência, isto é, da vida futura. Ou, dito de modo simples, até onde o meio ambiente suporta a nossa “pegada” sem comprometer a vida das próximas gerações?

A análise e o legado do pensamento de Hans Jonas (2006), no âmbito da ética, chamam atenção ao problema do futuro da humanidade, da violação do ser humano e da natureza, para a autodestruição da vida no planeta, causada pela aposta incondicional no ideal moderno de progresso, pautado pela exploração da natureza por meio da técnica.

Uma ética fundada na amplitude da existência, do ser, pode ter significado a partir do imperativo proposto por Jonas, fazendo uma releitura do imperativo kantiano: “Age de tal maneira que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica” (Jonas, 2006, p. 18). Dessa forma, apresenta-se a fundamentação do princípio da responsabilidade, como parte da “desconstrução” da natureza e a “reconstrução” tecnológica do ser humano e do meio ambiente. Remetemos, assim, ao compromisso de não acreditar nas fatalidades que a vida pode ocasionar, mas crer que a mudança de paradigma, no sentido de desconstruir modelos que se apresentam como hegemônicos, ainda é possível e depende de nossas atitudes concretas no dia a dia, e de nossa mobilização para a transformação da sociedade como ela se apresenta hoje. Embora os modelos hegemônicos estejam embasados em crenças e teorizações nem sempre fáceis de serem contrapostas, enquanto uma imposição histórica, social e cultural, precisamos agir.

Em tempos que vemos o ser humano e o planeta ameaçados, necessitamos outras formas de pensar e organizar a vida como expressão de um todo. Nesse sentido, a ética como uma reflexão profunda sobre a vida pode nos auxiliar em apontar reflexões sobre os valores e fins a serem buscados como meios de conseguir uma transformação do modo de vida, pautada pelo ter e não pelo ser. A responsabilidade é princípio primordial e norteador deste momento da história de utopias caídas e novos paradigmas levantados, no qual o ser humano busca desesperadamente categorias que o ajudem a continuar vivendo uma vida digna e que continue merecendo o nome de humana (Jonas, 2006, p. 19).

Tendo a responsabilidade como grande tema, Hans Jonas discute o princípio da vida no sentido de que expõe e ampara a discussão, mostrando a gravidade da expansão do poder técnico, que põe em risco a existência humana no futuro. A compreensão da vida surgida na era moderna fez com que o conhecimento deixasse de ser realizado pela via da contemplação e passasse a ser formulado como utilidade, no campo das modernas ciências da vida, que visam, na verdade, a um uso prático objetivado pela necessidade do domínio da natureza.

Se o mundo antigo celebrava o ser e o saber como fins em si mesmos, o mundo moderno transformou o conhecimento do ser em uma estratégia utilitarista, cuja finalidade é dominar a natureza pela via da exploração predatória de suas fontes de energia. A nova face do conhecimento, assim, tenta capacitar o homem para melhorar as condições de vida no planeta às custas do rebaixamento da natureza a um mero meio. O homem separa-se da natureza e transforma-se em seu algoz, por meio da imposição de seu novo poder técnico (Santos; Oliveira; Zancanaro, 2011, p. 10).

A ética, contudo, como reflexão sobre o agir humano e suas potencialidades, não acompanhou o debate enquanto um compromisso à adequação do ser e o “dever ser”. Dessa forma, para Jonas (2006), refletir sobre o comportamento do ser humano em relação à natureza desponta como tema central da reflexão política e faz surgir novas questões, que acabam refletindo acerca das melhores opções para enfrentarmos as ameaças do futuro e que se apresentam, por vezes, como catastróficas. Pensar a ética e a responsabilidade como “pão nosso de cada dia”, acaba por ser um triunfo, como um princípio vital e ético, a partir da reflexão crítica que o autor Hans Jonas percebeu ao longo de toda a sua vida, e continua a nos perturbar como algo a ser buscado por todos os seres humanos!

Referências

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

GERHARDT, M. C. **Resistência e organização**: a potencialidade do sujeito coletivo. Cruz Alta: Ilustração, 2000.

JONAS, H. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, R.; OLIVEIRA, J.; ZANCANARO, L. **Ética para civilização tecnológica em diálogo com Hans Jonas**. São Paulo: São Camilo, 2011.

PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

Submetido em 27 de maio de 2024.

Aprovado em 21 de novembro de 2024.